

Política linguística: uma análise descritivo-reflexiva sobre sentidos para *língua* presentes em documento regulador da UFFS

Language policy: a descriptive-reflective analysis on meanings of *language* present in UFFS regulatory document

Darlise Vaccarin Fadanni¹
Tamiris Machado Gonçalves²

Resumo: Este artigo analisa sentidos para *língua* que emergem da Resolução Nº11/CONSUNI/UFFS/2018 (UFFS, 2018), documento que dá legitimidade às ações implementadas pela Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, cuja temática é a política linguística dessa instituição. Assim, difundimos política linguística como tema de discussão sob o ponto de vista da análise de discurso. Para tanto, elegemos três recortes discursivos, objetivando, especificamente, pensar a política linguística da UFFS no que diz respeito à função socioeducativa e normativa e compreender o discurso que sustenta os sentidos para *língua* emergidos do seu planejamento linguístico. Trata-se de um estudo documental teórico-interpretativo, a partir de uma perspectiva qualitativa de desenvolvimento descritivo-analítica, em que, pelo movimento pendular, teoria e análise se completam na discussão do tema proposto. Essa discussão vem tensionada pela teoria de Michel Pêcheux e pelos postulados de Eni Orlandi. O gesto de análise indica que o termo *língua* aparece valorizado no que diz respeito ao contexto sociocultural, quando significado nos eixos de abordagem nacional e de internacionalização, resultantes de um trabalho com a linguagem, por preluzir o histórico e o social na formação discursiva desse documento. Assim, compreendemos que os atravessamentos que perpassam o entendimento de *língua* significam o discurso veiculado pela Resolução analisada, direcionando as ações da Universidade.

Palavras-chave: política linguística; Resolução Nº11/CONSUNI/UFFS/2018; *língua*; sentido; discurso.

Abstract: This paper analyzes the meanings of *language* emerging from Resolution No. 11/CONSUNI/UFFS/2018 (UFFS, 2018), a document which legitimizes the measures implemented by the Federal University of Fronteira Sul (UFFS), whose theme is the language policy of that institution. Thus, we disseminated language policy as a topic of discussion from the discourse analysis' viewpoint. To do so, we chose three discursive samples, specifically aiming to think about the UFFS language policy with regards to the socio-educational and normative function as well as to understand the discourse that sustains the emerging meanings for *language* from its language planning. This is a theoretical-interpretive documental study, from a qualitative perspective in descriptive-analytical development, by means of which theory and analysis are completed through a pendular movement on discussing the subject. This

¹ Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Chapecó, SC, Brasil. E-mail: darlivaccarinfadanni@gmail.com.

² Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Chapecó, SC, Brasil. E-mail: tamiris.goncalves@uffs.edu.br.

discussion is tensioned by the theory of Michel Pêcheux and the postulates of Eni Orlandi. The task of analysis indicates that languages become known as valuable with regards to sociocultural context when they are signified in the axes of national approach and internationalization, which results from a work with language, precluding historical and social components in the discursive formation of this document. Therefore, we conclude that the crossings that underlie the understanding of language ascribe meaning to the discourse conveyed by the Resolution analyzed, guiding the actions of the University.

Keywords: language policy; Resolution No. 11/CONSUNI/UFFS/2018; language; meaning; Discourse.

Introdução

A expressão *política linguística*, de acordo com Orlandi (2007), remete-nos ao conceito de política com propósito sobre as línguas. Focalizando esse tema, este estudo nos motiva a compreender os sentidos para *língua*, reverberados no discurso da política linguística da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), a partir do ponto de vista teórico da análise de discurso franco-brasileira. Desse modo, desafiamo-nos a interpretá-lo à luz da análise do discurso vista por Pêcheux (2014a, 2015) e por Orlandi (1988, 2001, 2002, 2007, 2017), tendo como *corpus* a Resolução N° 11/CONSUNI/UFFS/2018 (UFFS, 2018), que legitima a política linguística³ da UFFS.

Para tanto, privilegiamos três recortes relevantes à interpretação dos sentidos para *língua*, reverberados na formação discursiva do planejamento linguístico dessa universidade. Os excertos selecionados representam a importância do documento sobre a valorização das línguas que integram a comunidade de fala da Universidade.

Os recortes discursivos (RD) são caracterizados por RD1, RD2 e RD3. O primeiro deles (RD1) contextualiza o leitor sobre a diversidade linguística da região de abrangência da UFFS. Os demais (RD2, RD3) denominam-se diretrizes da Resolução (UFFS, 2018), parte do texto responsável pela planificação dos dois eixos que descrevem o propósito da instituição sobre as línguas, porque a designação dessas diretrizes considera a indicação dos objetivos e das ações prioritárias da política linguística em favor da(s) língua(s)⁴, elementos condutores à compreensão descritivo-analítica dos eixos.

É importante ressaltarmos que o contexto sociocultural da comunidade de abrangência da UFFS, inserida na conjuntura linguística da região Sul do Brasil – Sudoeste do Paraná, Oeste

³ No decorrer deste artigo, usaremos os termos *política linguística* e *planejamento linguístico* como binômios, segundo Calvet (2007). Porém, como o próprio autor salienta, *política linguística* é um instrumento normatizador; e *planejamento linguístico* é a sua planificação.

⁴ Língua(s) – essa designação ao significante decorre de: língua - vernáculo e estrutura morfossintática; línguas - ao desígnio de outras línguas étnico-culturais, bem como ao propósito de linguagem.

de Santa Catarina, Noroeste do Rio Grande do Sul –, é multilíngue, porque se encontra em região fronteiriça, favorecendo trânsito de povos, portanto, de línguas. A região é caracterizada pela “[...] diversidade cultural e linguística, em virtude do contato da língua portuguesa com as línguas dos povos originários, nomeadamente Guarani e Kaingang, dos imigrantes europeus e, mais recentemente, dos haitianos, senegaleses e outros imigrantes da América Latina, além do contato permanente com os vizinhos argentinos” (UFFS, 2018. p. 3). Isso é fator responsável pelos desdobramentos de sua política linguística.

Sobre a formação linguística da região Sul do país, Orlandi (2007, p. 59) afirma que “[...] o Brasil é um país multilíngue”, compreendendo que o termo *multilíngue* denomina a “[...] multiplicidade concreta de línguas que há” (2007, p. 59) no país. Essa denominação nos remete ao processo diacrônico da formação identitária do povo brasileiro, que, conseqüentemente, se reflete na língua que usa ao se comunicar.

Para Orlandi (2007, p. 61), o multilinguismo ocorre sempre que as múltiplas línguas, em “[...] condições sócio-históricas consistentes e politicamente significadas, capazes de universalização, são praticadas pelos sujeitos de uma determinada comunidade”. O multilinguismo se refere ao contexto em que as línguas coexistem em determinada sociedade (SPOLSKY, 2004) ou diz respeito ao conhecimento de um certo número de línguas, segundo o Quadro Comum Europeu (2001). Como estamos falando de uma instituição de educação que comporta estudantes e profissionais de diferentes origens e está localizada em zona de fronteira, esse termo perpassa este trabalho. Essa discussão toca a questão da diversidade *versus* a ideia de unidade:

[...] se pensarmos em termos nacionais, de um país com suas diferentes línguas, percebe-se que há um ‘reconhecimento’ imaginário das diferentes línguas, mas pratica-se, com o apoio do conhecimento institucional, uma língua, a língua nacional, aparatada pelo Estado para ser a língua oficial ou materna etc. (ORLANDI, 2007, p. 60, aspas da autora).

Logo, pensando no desenvolvimento histórico-cultural da região Sul brasileira, desde o processo de colonização e, na sequência, de evolução socioeconômica, bem como nos atravessamentos linguísticos de toda e qualquer ordem, mobilizamo-nos ao questionamento: quais sentidos para *língua* emergem da política linguística da UFFS? Essa indagação contribui para a compreensão do ensino de língua(s), previsto no documento e na interpretação dos sentidos para *língua* nele reverberados.

Assim, este trabalho objetiva analisar os sentidos de *língua* que emergem da política linguística da UFFS, a fim de contribuir com a compreensão desse conceito no âmbito do documento analisado, bem como analisar a formação discursiva da Resolução (UFFS, 2018).

Nesses termos, este texto pode interessar a acadêmicos de Letras, a professores de línguas e a pesquisadores de política linguística (e também gestores institucionais), uma vez que as considerações específicas em relação ao *corpus* podem contribuir para uma discussão geral sobre língua e política linguística.

Organizamos o texto pelo movimento pendular, uma proposta metodológica de Petri e Dias (2013), com o objetivo de que teoria e análise se unam. Princípios a discussão sobre política linguística a fim de contextualizar o nosso objeto de estudo. Na sequência, discorreremos sobre a política linguística da UFFS, registrando nossas observações sobre o planejamento linguístico dessa universidade a partir dos recortes discursivos. Feito isso, concluímos nossa arguição.

Política Linguística: instauração e standardização da(s) língua(s)

As noções de *política linguística* recaem sobre um repertório multifário de sentidos que dizem respeito à língua em suas relações de poder, podendo ser percebidas pelos olhos da análise do discurso, no que diz respeito a compreender a produção discursiva na qual se dá a constituição de determinada política linguística. Isso porque a língua usada entre os sujeitos é delimitada direta ou indiretamente pelo sistema político presente entre os falantes de um determinado espaço geográfico (entre outros fatores). Segundo Orlandi (2002), estudiosa das ideias de Pêcheux:

Falar é uma prática política no sentido amplo, quando se consideram as relações históricas e sociais do poder sempre inscritas na linguagem. Paralelamente a esta forma geral de presença do político na linguagem, nós podemos considerar uma noção mais restrita, mais técnica: é a política das línguas ou a política linguística (ORLANDI, 2002, p. 95).

Pensada com o intuito tanto de articular a forma como a organização nos aspectos socioculturais da língua, a *política linguística*, no tocante à definição, é fixada como legislação de Estado e/ou institucional em favor das línguas. Isso decorre de sua importância, refletida na valorização da(s) língua(s) de uma determinada comunidade de fala, pois, na estrutura discursiva da expressão *política linguística*, existe a compreensão de responsabilidade sobre a(s) língua(s). Consequentemente, segundo Orlandi (2007, p. 59), as questões da política linguística visam a “[...] planificar a instauração e a standardização das línguas nacionais suscetíveis de integrar e vincular os elementos científico-técnicos” pelo simples fato de se tratar de uma política das línguas.

Dito isso, pensemos na política linguística também como organização discursiva, que deixa ver traços de poder sobre língua(s), recorrendo à concepção de Pêcheux (2014a, p. 81,

grifo do autor) quando define língua como objeto do discurso, que se apresenta “[...] como *base* comum de processos discursivos diferenciados”, nela compreendidos na medida em que os processos ideológicos simulam os processos científicos. Pêcheux (2014a) assevera que é sobre as leis internas da língua que os processos discursivos, munidos da exterioridade, desenvolvem-se, considerando as condições de produção das formações discursivas, relacionadas ao interdiscurso⁵ e ao intradiscurso⁶, que, na opacidade do dizer, reverberam sentidos na língua. Para Costa e Guimarães (2020, p. 164), “[...] a compreensão do sentido da sequência que caracteriza o intradiscurso irá remeter à identificação do interdiscurso, de forma que este afete o anterior”, o qual vem de dentro, da organização linguística. Desse modo, Orlandi (2008) afirma que o interdiscurso determina o intradiscurso e que a

[...] língua é o lugar material em que inconsciente e ideologia se articulam [...]. Assim, não penso o interdiscurso em si, mas como parte do funcionamento da linguagem que, por sua vez, está materialmente ligado ao inconsciente. Por outro lado, o interdiscurso (memória, saber discursivo) produz seu efeito em um sujeito afetado pelo mundo, na sua experiência (ORLANDI, 2008, p. 45-46).

Sendo assim, ao discutirmos política linguística, de acordo com Orlandi (2002), devemos olhar para as interpretações promovidas pela tematização formal, explícita e planejada daquilo que estamos analisando no que tange a sua organização, bem como observar os sentidos menos evidentes de processos institucionais que estão implícitos no uso da(s) língua(s), provocando as diferenças linguísticas. Tais perspectivas nos conduzem à percepção de língua sob três aspectos, também propostos por Orlandi (2002, p. 95), a saber: i) razões do Estado e das instituições, relativo à unidade; ii) razões que regem relações entre os povos, nações e Estados, relativo à dominação; iii) razões concernentes aos que falam as línguas, relativo à diversidade. Vale ressaltarmos que cada um dos aspectos é representado como princípio ético, porém, como são aspectos diferentes uns dos outros, os princípios éticos também se diferenciam.

Nesse sentido, Orlandi (2007, p. 8) explica que política linguística é uma política de línguas, porque o que está em jogo “[...] é corpo simbólico-político que faz parte das relações entre sujeitos na sua vida social e histórica”. Sendo assim, a autora discorre sobre o fato de que

⁵⁵ “Em sua definição, o *interdiscurso* é o conjunto de dizeres já ditos e esquecidos que determinam o que fizemos, sustentando a possibilidade mesma do dizer. Para que nossas palavras tenham sentido, é preciso que já tenham sentido [...]. Tenho definido o interdiscurso como a memória que se estrutura pelo esquecimento, à diferença do arquivo, que é o discurso documental, institucionalizado, memória que acumula” (ORLANDI, 2008, p. 59, grifo nosso).

⁶ “*Intradiscurso* [...], isto é, o funcionamento do discurso com relação a si mesmo. [...] ‘fio do discurso’ do sujeito, é, a rigor, um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, uma interioridade inteiramente determinada como tal *do exterior*” (PÊCHEUX, 2014a, p. 153-154, grifo nosso).

falar sobre política linguística pressupõe uma teoria e um conceito de língua, afirmando que “toda teoria é política” (ORLANDI, 2007, p. 53). Em sua perspectiva, política é um elemento necessário entre as relações sociais correspondentes às línguas pelo fato de que, ao conhecermos o jogo político que existe entre as teorias, também compreenderemos as relações de força ali permeadas, que promovem algumas perspectivas teóricas em detrimento de outras (ORLANDI, 2007).

Diante da mobilidade teórica, apresentada pelo tema *política linguística*, para Rajagopalan (2013, p. 21), “[...] a política linguística é a arte de conduzir as reflexões em torno de línguas específicas, com o intuito de conduzir ações concretas de interesse público relativo à(s) língua(s) que importa(m) para o povo de uma nação, de um estado, ou, ainda, instâncias transnacionais maiores”. Desse modo, consideremos os atravessamentos histórico-culturais que permeiam a compreensão de política linguística de acordo com Rajagopalan (2013):

A política linguística no sentido abstrato não pode ser caracterizada como certa ou errada, apropriada ou equivocada; ela simplesmente se dá em todos os lugares e em todos os tempos, simplesmente porque além de ser *homo loquens* o ser humano sempre foi também *homo politicus*, como preconizava Aristóteles. Já, em seu sentido de uma ação concreta, a política linguística é sempre datada e contextualizada e, relativa a sua data e seu contexto específico (portanto, situada), e pode ser caracterizada como bem acertada ou mal pensada, apropriada ou precipitada e assim por diante (RAJAGOPALAN, 2013, p. 29).

Frente ao exposto, no que tange ao sentido de política linguística em uma perspectiva diacrônica, faz-se necessário pontuarmos a origem dessa expressão para que a compreendamos junto ao planejamento e à sua aplicabilidade. Lagares (2018, p. 21) registra que a política linguística tem sua origem a partir da expressão *planejamento linguístico*, usada nos trabalhos de Einar Haugen (1959), nas décadas de 1950 e 1960, sobre o norueguês. Assim, é “[...] entendida como uma forma de resolver os problemas linguísticos em novas sociedades multilíngues”. Por conseguinte, podemos compreender que política linguística e planejamento linguístico, discursivamente, confundem-se na função sobre as línguas, mesmo que, formalmente, o planejamento linguístico corresponda à organização da ação/atividade; e a política linguística diga respeito à aplicabilidade da ação/atividade.

Percebendo no significante *política linguística* um repertório de sentidos que decorrem do contexto histórico dentro do espaço de percepção dos sujeitos, portamos a esta discussão o seu entendimento a partir da compreensão de acontecimento discursivo, discutido por Pêcheux (2015). Observemos que essa consciência sobre a expressão *política linguística* decorre dos atravessamentos da língua, perpassados pelas condições de produção na formação discursiva. Sendo assim, conforme Pêcheux (2015), a língua

[...] aparece assim atravessada por dois espaços: o da manipulação de significações estabilizadas, normatizadas por uma higiene pedagógica do pensamento, e o de transformações de sentido, escapando a qualquer norma estabelecida *a priori*, de um trabalho do sentido, tomados no realçar indefinido das interpretações (PÊCHEUX, 2015, p. 51).

Portanto, diante da compreensão de Pêcheux (2015), na expressão *política linguística*, quando observada em documentos construídos social e historicamente, em razão de que há uma trama de já ditos que sustenta sentidos para essa expressão, percebemos uma *estrutura* e um *acontecimento* (PÊCHEUX, 2015). Essa percepção deriva de sua relevância nos contextos linguístico e sociocultural, porque política linguística, significada em contextos discursivos diferentes, é também compreendida distintamente.

Ao designarmos *política linguística* como acontecimento, reafirmamos a premissa de Orlandi (2017, p. 58, grifo da autora): “[...] acontecimento que diz um acontecimento, com mais razão, eles remetem ao mesmo *fato*, mas não constroem as mesmas significações”. Desse modo, o entendimento de política linguística decorre do ambiente material e institucional em que ela é edificada, a partir das relações que se estabelecem entre os sujeitos que a elaboram, ou seja, das condições de produção que a significam.

Pelo exposto, política linguística, compreendida pelo aparelho ideológico que a idealiza, bem como entendida pelas lentes da análise de discurso franco-brasileira, aponta para os diferentes sentidos de língua, além de nos levar à compreensão de que “[...] o homem não deixa de articular a história da ciência que coloca esses acontecimentos como objeto de explicação” (ORLANDI, 1988, p. 8). Portanto, ao considerarmos as manifestações sobre política linguística, podemos designá-la como mecanismo de ordenação da(s) língua(s) pelo Estado, quando pensada(s) nacionalmente, e/ou institucional, quando pensada regionalmente.

Entendemos que a política linguística, no Brasil, segundo Orlandi (2007), teve sua razão manifestada no século XIX com a oficialização da LP como língua nacional. Contudo, o movimento histórico brasileiro no entorno da língua oficial ressignifica a LP, atribuindo-lhe identidade brasileira em decorrência do multilinguismo presente no país desde a sua colonização – contexto das relações humanas, essa identidade é reverberada culturalmente. Para Orlandi (2002, p. 98), o movimento histórico brasileiro tem sua identidade refletida em sua língua, que, no decorrer dos tempos, vai se transformando de acordo com a realidade presente. Desse modo, a autora assevera que “[...] é preciso trabalhar as condições para que haja ressignificação tanto dos sentidos como dos sujeitos nas situações de contato entre as línguas (e culturas)”, uma tarefa pertencente à política linguística.

Essa ressignificação linguística, percebida por Orlandi (2002) nas situações de contato,

merece ser olhada no percurso histórico da nação brasileira, em que a língua portuguesa, no contexto de uso, existe entre as demais línguas faladas, mesmo quando oficializada como língua nacional. Para Orlandi (2007),

O Brasil é país multilíngue como acontece com os países em geral. Também como todo país, o Brasil tem sua língua oficial, ao lado das muitas línguas indígenas, falares regionais, línguas de imigração etc. Isso porque ao lado da multiplicidade concreta de língua há, nos Estados, a necessidade de construção de uma unidade imaginária (ORLANDI, 2007, p. 59).

Frente ao multilinguismo, tomado por diferentes características culturais, a língua portuguesa de Portugal vai dando espaço a uma língua com identidade brasileira. Palco de muitas discussões, esse fato desdobra a ideia de que a língua portuguesa do Brasil deve ser diferenciada da língua portuguesa de Portugal. Logo, a importância de uma unidade imaginária que identifique a nação, mencionada por Orlandi (2007), ficaria atribuída a uma derivação da língua portuguesa de Portugal, podendo ser chamada, no Brasil, de língua portuguesa brasileira, já que essa designação representaria mais o contexto nacional.

Segundo Guimarães (2003), na década de 1880, um movimento intelectual brasileiro iniciou um percurso de estudos que estabelecem as diferenças entre o português de Portugal e o português do Brasil com o objetivo de separar as influências de Portugal sobre a língua nacional brasileira, tarefa continuamente reafirmada por linguistas brasileiros nos anos que seguem. Considerando o fato de que, desde a sua colonização, o Brasil é um país multilíngue, a política linguística de Estado, bem como a institucional deveriam refletir os aspectos socioculturais, observando a língua nacional, em sua organização e ordem, e as demais línguas em suas relações nos diferentes espaços do país.

Ao falarmos de língua em sua *organização e ordem* – no que diz respeito a planejamento linguístico –, reportamo-nos a Costa (2020), que descreve a *organização* da língua nos aspectos internos, morfossintáticos, e a *ordem* da língua nos aspectos externos, relacionados ao “[...] sistema simbólico das formas materiais da linguagem, de modo que a língua significa porque nela intervêm a história e a ideologia”. Sobre as relações históricas entre as línguas de uma comunidade de fala, Guimarães (2003, p. 47) discorre sobre o fato de que as línguas “[...] funcionam sempre em relação a outras línguas. Por outro lado, as línguas são sempre divididas e é por isso que se tornam, historicamente, outras”. Logo, a política linguística de Estado e/ou institucional tem a função de contemplar no seu planejamento diretrizes que valorizem a língua materna na sua estrutura interna e externa, na sua mobilidade nacional e internacional, bem como assistir as diferentes línguas que existem no interior da nação, a fim de compreender a

identidade linguística da comunidade de fala, e oportunizar o desenvolvimento da língua estrangeira em âmbito nacional.

Portanto, no concernente à política linguística brasileira, sobre as relações de sentidos da língua portuguesa brasileira, da língua portuguesa de acolhimento, da língua brasileira de sinais (Libras), das línguas de imigração (de colonização), das línguas indígenas (autóctones) e das línguas estrangeiras que circulam no país, os trabalhos de valorização e de investigação podem ser atribuídos às instituições universitárias públicas brasileiras, como um braço de política pública. Isso decorre do fato de que as universidades são instituições autorizadas pelo Estado a planejarem políticas linguísticas como um gesto legítimo de política pública em favor da língua (materna) ou das línguas. Isso porque a política linguística em uma instituição é importante na organização e na ordenação da língua vernácula e na inserção das demais línguas que existem entre os sujeitos de uma comunidade de fala, privando pela harmonia de convívio (FINARDI; SANTOS; GUIMARÃES, 2016).

A UFFS, diante de suas responsabilidades socioculturais, que defendem o respeito à pluralidade e à diversidade cultural da nação, olhando para a sua região de abrangência, regulamenta a sua política linguística com vistas à valorização das diferentes línguas. Em vista disso, analisamos o documento que lhe dá voz, a fim de compreender os sentidos para língua.

Política linguística da UFFS: um gesto interpretativo sobre *língua*

A política linguística da UFFS está organizada no entorno de algumas considerações inerentes às características, aos princípios, à política nacional e de internacionalização na promoção do processo de ensino-aprendizagem, no que diz respeito à valorização das diferentes línguas que se fazem presentes na região de sua abrangência. Desse modo, apresenta-se na forma da lei, primeiramente, descrita como Resolução N°11/CONSUNI/UFFS/2018 (UFFS, 2018), considerando o processo que lhe dá legitimidade, nos objetivos e nas ações prioritárias em favor das diferentes línguas ali contempladas. Na sequência, como anexo do Art.1º, o documento planifica a política linguística da UFFS: i) contextualizando a universidade em sua realidade linguística; ii) delimitando as diretrizes que lhe conferem o arcabouço dos ideais da universidade frente às línguas; iii) descrevendo os eixos de atuação e objetivos; iv) identificando a estrutura organizacional no que tange à sua competência, como texto conclusivo.

Nesse conjunto que estrutura a política linguística da UFFS, analisamos os sentidos para *língua* que ali emergem a fim de compreender os discursos em circulação. Para tanto, de acordo com Orlandi (2020, p. 24-25), “[...] essa compreensão, por sua vez, implica explicitar como o

texto organiza os gestos de interpretação que relacionam sujeito e sentido”. Desse modo, frente à recorrência de *língua*, descrita na formação discursiva da política linguística da UFFS, percebemos que os processos de significação presentes no texto nos levam a compreendê-la como um dispositivo sociocultural. Assim, entendemos que a língua, no decorrer do texto, constrói sentidos investidos de significância étnico-culturais.

Ao mencionarmos o termo relativo à origem do multilinguismo no contexto sociocultural da UFFS, registramos sua história no Brasil, que, além de demarcar a política linguística da UFFS, também assinala a política linguística nacional. Ressaltamos que a instituição de ensino público federal tem um lugar de responsabilidade sobre a diversidade linguística, que diferencia a nação brasileira. Inserida em região de fronteira, a UFFS abrange os municípios do Sudoeste do Paraná, do Oeste de Santa Catarina, do Noroeste do Rio Grande do Sul e faz fronteira com a Argentina, a fim de contribuir com o desenvolvimento do país, tanto no que diz respeito à educação como também à economia, à saúde, à cultura e aos demais setores que movimentam a vida em sociedade.

Sendo assim, diante da diversidade linguística, tanto no que tange às diferentes línguas, como às variações da língua materna, a UFFS, firmada pela política linguística, desenvolve ações de ensino com vistas à inclusão étnico-cultural, conforme descrito no anexo I da resolução que aprova a sua política linguística, na primeira diretriz do documento, em que manifesta:

Defesa da diversidade linguística e cultural da Fronteira Sul, com a valorização do português, do espanhol e de todos os idiomas e culturas da região, incluindo as línguas indígenas (Guarani, Kaingang...), Libras e os dialetos regionais, visando a convivência pacífica e solidária entre os povos, em ambos os lados da fronteira (UFFS, 2018, p. 4).

Sublinhamos, nesse contexto, que a formação identitária da língua dessa região decorre, primeiramente, da colonização, período em que a língua portuguesa brasileira se vincula às línguas dos imigrantes. Na sequência, pelo processo de globalização, em que as línguas estrangeiras significam os avanços técnico-científicos (FINARDI; FRANÇA; GUIMARÃES, 2022). Logo, a realidade linguística do país, pelo movimento migratório configura-se com as especificidades de sua população.

Para discorrer sobre a formação identitária da língua na região de abrangência da UFFS, recorreremos à compreensão de Orlandi (2007) sobre as relações entre os aspectos político e social que recorrem junto à mobilidade da língua. Segundo a autora (2007), esses aspectos são identificados na instauração da língua que transcorre pela ingerência de dois fenômenos: pelo desenvolvimento técnico-científico da humanidade, correspondente ao aspecto político, e pelo

aperfeiçoamento escolar, no prisma social, principalmente, no que diz respeito às condições socioeconômicas. Desse modo, Orlandi (2007) conclui que:

[...] essas questões em relação ao político se colocam quando fazemos entrar para a reflexão o que a linguística, para se construir, precisou colocar para fora: o sujeito e a exterioridade. Para se elidir o político é preciso fazer intervir o sujeito e a exterioridade, não a partir de uma vaga noção de interdisciplinaridade, mas como uma relação constitutiva de um objeto específico e de um campo de conhecimento que lhe corresponde e que este objeto institui (ORLANDI, 2007, p. 58-59).

Frente ao exposto, inferimos que, junto ao fator étnico-cultural, os atravessamentos externos contribuem com a formação identitária da língua, que, em sua pluralidade, caracteriza-se pelo espaço geográfico de uso. Para Orlandi (2001), a diversidade linguística é um movimento contrário à ideia de unidade, sugerindo que nem mesmo uma língua nacional consegue ser a mesma para todos os falantes da nação. Parafraseando a autora, e com apoio em Moita Lopes (2013), argumentamos que a língua portuguesa do Brasil se estabelece de modo diferente do português de Portugal, pois se constitui na relação com línguas diversas, como as indígenas, africanas, europeias, entre outras na extensão das terras brasileiras e no tensionamento das fronteiras que circunscrevem o país.

A política linguística da UFFS, colocando-se no desafio da transformação social, evidencia, no seu discurso, o multilinguismo presente na região de sua abrangência, pontuando as diferentes culturas linguísticas que ali existem. Inicialmente, pelo exercício de colonização e, na sequência, pela ocorrência da globalização econômica, como descrito em sua contextualização: RD1 “[...] a preservação dessas raízes culturais, ameaçadas pela inexistência de políticas públicas que as reconheçam e as valorizem, coloca à universidade o desafio de promover atividades linguísticas e culturais que cubram essa lacuna” (UFFS, 2018, p. 3).

Nesse excerto, a língua é compreendida como objeto sociocultural, explicitando a função social dessa instituição diante da cultura étnica de origem, que, segundo Costa (2020), é apreciada em sua ordem, ou seja, a língua desenreda em si a linguagem. Para Costa (2020, p. 185-186, grifos do autor), a “[...] língua, para a Análise do Discurso, não se resume ao sistema integrado de classificação dos signos linguísticos, sua *organização* como conjunto de regras, mas comporta, em sua *ordem* específica, o funcionamento da linguagem, que inclui o não sistematizado”. Dito isso, pensemos na opacidade do texto, no *fio do discurso* (PÊCHEUX, 2014a), que existe na composição discursiva da política linguística da UFFS, essa que reverbera sentidos para língua, conforme sua recorrência no planejamento linguístico.

Sendo assim, os sentidos para língua não estão atrelados ao conjunto de palavras que sistematizam o discurso, pois as evidências intradiscursivas nos colocam diante da “[...] constituição do sentido que se junta à constituição do sujeito” (PÊCHEUX, 2014a, p. 140). Logo, com a tarefa de assistir a(s) língua(s) de sua comunidade de fala, politicamente, nos termos da *organização*, conjunto de regras morfosintáticas, e da *ordem*, lugar dos equívocos e dos atravessamentos, que nos leva à linguagem, ação representativa das condições histórico-sociais e ideológicas, uma relação entre o indivíduo e a exterioridade, a política linguística da UFFS tem as responsabilidades socioeducativa e sociocultural sobre a inclusão, a valorização e preservação das línguas étnico-culturais.

Diante do conjunto de responsabilidades da política linguística da UFFS sobre a língua vernácula e as demais línguas que formam a realidade linguística da sua região de abrangência, concebemos, no discurso da Resolução (UFFS, 2018), os sentidos para língua pela concepção de Costa (2020), no que atende ao propósito da *ordem*. No entanto, a política linguística da UFFS assenta-se no propósito desse aparelho ideológico⁷ sobre a língua no concernente à função socioeducativa, conforme clarifica Orlandi (2007):

[...] em geral, quando se fala em política linguística, já se dão como pressupostas as teorias e também a existência da língua como tal. E pensa-se na relação entre elas, as línguas, e nos sentidos que são postos nessas relações como se fossem inerentes, próprios à essência das línguas e das teorias. Fica implícito que podemos ‘manipular’ como queremos a política linguística. Outras vezes, fala-se em política linguística apenas quando na realidade trata-se do planejamento linguístico, de organizar-se a relação entre línguas, em função da escrita, de práticas escolares, do uso em situações planejadas (ORLANDI, 2007, p. 7).

Tendo isso em vista, salientamos que a UFFS, por meio de sua política linguística, regulamenta o seu trabalho sobre as diferentes línguas que existem entre os sujeitos que formam o corpo social da região de sua abrangência e, conseqüentemente, do contexto nacional, reconhecendo as culturas que movem a sua identidade linguística, como percebido no RD1 desta análise.

Para melhor especificar as atividades inerentes ao ensino de línguas⁸, a Resolução (UFFS, 2018, p. 4) está composta por dois eixos que determinam a atuação e os objetivos do

⁷ *Aparelho ideológico* é um conceito que designa o poder do Estado frente à sociedade por meio de representações de poder, dotadas de um composto ideológico (ALTHUSSER, 1980).

⁸ De acordo com as diretrizes da política linguística institucional (UFFS), o ensino de línguas está orientado pelas diretrizes: “i) defesa da diversidade linguística e cultural da Fronteira Sul, com a valorização do português, do espanhol e de todos os idiomas e culturas da região, incluindo as línguas indígenas (Guarani, Kaingang...), Libras e os dialetos regionais, visando a convivência pacífica e solidária entre os povos, em ambos os lados da fronteira; ii) valorização do patrimônio linguístico e da cultura dos países de língua portuguesa; iii) democratização do acesso à aprendizagem de línguas, tanto da comunidade acadêmica quanto regional à UFFS; iv) colaboração com as escolas públicas de Educação Básica com vistas à melhoria do ensino de Línguas; v) promoção da proficiência

planejamento linguístico sobre as ações que a implementam. São eles: “[...] i) recuperação e valorização da diversidade linguística regional, eixo (1); ii) criação de condições para ampliação do intercâmbio de conhecimentos com instituições estrangeiras, eixo (2)”. Logo, sobre esses dois eixos, descrevemos a recorrência de língua e os sentidos exteriorizados na formação discursiva desse documento.

Para tanto, é importante sublinharmos como relevante à análise desses eixos dois recortes discursivos, neste artigo, caracterizados de RD2 e RD3, que, na função de diretriz, determinam o papel da política linguística da UFFS sobre as línguas descritas no seu plano de implementação. A princípio, com vistas à apresentação do alinhamento das línguas que se apresentam ao compromisso da universidade, evidenciamos a primeira diretriz da Resolução (UFFS, 2018), cuja premissa declara o amparo da universidade sobre o multilinguismo, aqui qualificada como material de análise RD2: “[...] *defesa da diversidade linguística e cultural da Fronteira Sul, com a valorização do português, do espanhol e de todos os idiomas e culturas da região, incluindo as línguas indígenas (Guarani, Kaingang...), Libras e os dialetos regionais, visando à convivência pacífica e solidária entre os povos, em ambos os lados da fronteira*” (UFFS, 2018, p. 4).

Essa diretriz, unida ao eixo (1), demonstra-nos a preocupação da universidade com as diferentes línguas identificadas no âmbito nacional e, por meio de sua política linguística, reconhece as que circulam entre os sujeitos ao implementar ações prioritárias, no processo de ensino-aprendizagem, em favor da diversidade linguística. O excerto em demarcação descortina a identidade linguística da região Sul do Brasil, reconhecendo que, no reduto geográfico da universidade, junto ao português, as línguas autóctones (indígenas) e as línguas de colonização existem. Esse discernimento institucional promove a valorização identitária dos sujeitos que formam a coletividade regional e/ou brasileira e oportuniza a sobrevivência de suas línguas que, em sua maioria, acabavam ficando na memória, em alguns casos, deixadas de herança.

Na RD2, o signo linguístico *cultural* nos remete às várias perspectivas de mundo que a língua é capaz de edificar. Pelo trecho *linguística e cultura da Fronteira Sul*, podemos ver as diversas formas de recortar o mundo a partir da língua; formas essas que fazem a fronteira e *moldam* maneiras de ser e de estar nesse mesmo mundo. Esse excerto nos leva aos sentidos para língua no que diz respeito aos fenômenos da “corrente sociologista à política”, como mencionadas por Orlandi (2007, p. 58) ao explicar a formação identitária de determinada língua.

linguística dos membros da comunidade acadêmica, visando a inserção e a projeção da UFFS no contexto científico internacional. vi) integração das várias instâncias da UFFS envolvidas com o ensino de línguas e com a internacionalização” (UFFS, 2018, p. 4).

Nesse trecho, vislumbramos a composição técnico-científica, social e étnica, que emerge na língua dessa comunidade de fala, a região de abrangência da UFFS.

Pela língua em uso, conhecemos a riqueza de hábitos alimentícios; de tendências vestuários; de crenças religiosas; de praxes linguísticas e de vários outros costumes étnicos, herdados e/ou criados pelas gerações e que aparecem fixados na rotina e inscritos no discurso dos sujeitos de uma comunidade de fala. Aqui, vale frisarmos a teoria de Orlandi (2020, p. 25) sobre a produção de sentidos para língua, pois, de acordo com a autora, esse objeto simbólico “[...] está investido de significância para e por sujeitos”, motivo de nossa análise.

No que diz respeito às necessidades especiais, reportamo-nos aos sujeitos com a audição falha ou totalmente comprometida, uma parcela social incluída pela Libras (língua brasileira de sinais). A política linguística da UFFS, com vistas à inclusão socioeducativa dos sujeitos surdos, assegurada pela Lei nº 10.436, de 2002, oferta Libras como componente curricular da graduação em Letras, implementando a ação sobre os demais cursos de licenciatura com o intuito de promover o processo de inclusão, firmado por Oliveira e Oliveira (2019) como uma necessidade de política linguística com raiz nas políticas públicas. No entanto, considerando o estabelecido pelo Decreto nº 5.626, de 2005, e diante da demanda socioeducativa, salientamos que o ensino de Libras deve ser expandido aos cursos de bacharelado, aos cursos de formação continuada, nesse caso, tanto pela extensão universitária, como também por demais formas de promoção linguística, pois é uma excepcionalidade da comunidade acadêmica a ser considerada pela universidade.

Sobre a convivência entre povos de países diferentes, descrita no recorte, ressaltamos como uma das ações da política linguística da UFFS, implementada na oferta das línguas portuguesa e espanhola. Essa ação valoriza as culturas que surgem do contexto fronteiriço da própria instituição, fazendo circular produção de conhecimento em ambas as línguas. Destacamos a importância desse trabalho frente à região de abrangência da universidade, por agregar em seu território as fronteiras entre o Brasil e a Argentina. Na instituição, o encontro dos sujeitos e de suas línguas mobiliza a interação cultural entre povos, já que “[...] a UFFS é constituída por seis *campi*, sendo cinco deles situados na faixa de fronteira com a Argentina” (UFFS, 2018, p. 4). Abraçando a fronteira, essa interação é percebida na formação de profissionais que atuam como docentes de língua portuguesa e espanhola, dando visibilidade a essas e constituindo oportunidade para cenários fronteiriços (RIBEIRO; OLIVEIRA, 2018) com pluralidade linguística (SILVA, 2018).

À face do exposto, a ideia de Pêcheux (2014b) se revela pertinente na explicação desse feito por abordar a relação entre a língua e o meio na formação discursiva. O autor (2014a)

reconhece na língua sua íntima relação com a exterioridade, um elemento significativo na construção do discurso, que, em decorrência do contexto histórico-cultural da comunidade linguística, deflagra características de fala específicas do espaço geográfico de circulação desse discurso. Desse modo, sublinhamos as especificidades linguísticas dos sujeitos que convivem em um espaço fronteiriço, como nas fronteiras do Brasil e da Argentina, onde o português e o espanhol são falados e se unem na formação discursiva, formando uma variação linguística conhecida por portunhol.

Sendo assim, entendemos que o eixo (1) da política linguística da UFFS contempla objetivos específicos e ações prioritárias que compreendem, para os sentidos de língua, a função sociocultural. Desse modo, prioriza as línguas culturais de circulação, promovendo um discurso que valoriza as línguas alóctones, como o espanhol na caracterização de língua estrangeira; e autóctones, como Libras e línguas indígenas, na promoção multicultural. Nesse caso, os sentidos para língua nos conduzem ao discurso de inclusão por meio de práticas socioeducativas que enfatizam a missão da universidade para com a sociedade. Assim, nesse espaço do planejamento linguístico, o discurso da Resolução espelha *língua* no âmbito sociocultural.

Nesse mesmo eixo, a língua portuguesa é pensada ao público de imigrantes estrangeiros como língua estrangeira e adicional com o propósito de inclusão social; é, conforme indicam Guimarães e Finardi (2021), a língua portuguesa como forma de internacionalização, proposta em cursos de português para estrangeiros, cursos esses desenvolvidos pelas instituições que os oferecem. De um gesto interpretativo, observamos o acolhimento de imigrantes estrangeiros pela UFFS como tarefa em favor das diferenças socioculturais de um grupo de sujeitos que depende do olhar inclusivo de uma instituição governamental para se constituírem socialmente como cidadãos.

Logo, o discurso presenciado nesse eixo é de valorização multilíngue em nível nacional, objetivando a promoção “[...] do conhecimento das línguas e das culturas regionais” (UFFS, 2018, p. 4). Desse modo, a interpretação reverberada nos sentidos de língua pela UFFS, por meio de sua política linguística, evidencia uma preocupação sociocultural das línguas que inserem a comunidade regional. Sendo assim, percebemos o lugar das línguas, contempladas no eixo (1), fixado nas ações em favor do grupo linguístico doméstico, ou seja, da casa, dizendo: sociedade brasileira. Desse modo, a percepção de cuidado da universidade com a diversidade linguística ocorre no sentido de língua como planejamento linguístico.

Ainda relativo aos eixos do planejamento linguístico da UFFS, sequenciamos nossa análise sobre os sentidos para língua vigentes no eixo (2). Para tanto, recortamos a quinta diretriz da Resolução (UFFS, 2018), que, diante dos sentidos ali compreendidos, denomina o

eixo em discussão. De acordo com o traçado do texto, aqui grifado como RD3, a política linguística da UFFS evidencia a proficiência na língua estrangeira: RD3 “[...] *promoção da proficiência linguística dos membros da comunidade acadêmica, visando a inserção e a projeção da UFFS no contexto científico internacional e a integração das várias instâncias da UFFS envolvidas com o ensino de línguas e com a internacionalização*” (UFFS, 2018, p. 04).

O recorte discursivo nos conduz à compreensão de expansão para além do conjunto linguístico nacional. Pelo registro, vemos a universidade atuando no que concerne ao processo de ensino-aprendizagem relativo à internacionalização⁹ do ensino, pesquisa e extensão desse aparelho ideológico, o que é bastante positivo à comunidade acadêmica pelo respaldo na oportunidade de ascender internacionalmente.

Pelo exposto, as indicações promovidas no recorte se conjugam ao eixo (2), pois os sentidos, percebidos na recorrência de língua na formação discursiva desse eixo, encaminham-nos à compreensão de expansão da universidade em nível internacional. Isso porque o eixo, nos seus objetivos, correlatos às ações prioritárias, reverbera língua no que diz respeito à internacionalização. Isso nos demonstra que nesse contexto universitário existe o fato de vencer os desafios de estabilização frente ao Estado, cumprindo a sua missão de instituição pública federal, prosperando em favor da ciência com vistas à inclusão socioeducativa.

Portanto, é válido trazermos a fala de Pêcheux (2014b, p. 78) para pensar sobre a produção de sentidos na formação discursiva desse eixo. O autor afirma que é “[...] impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre si mesma, mas que é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção”. Assim, pelo referenciado, depreendemos que os sentidos para língua, no discurso do projeto linguístico da UFFS, estão condicionados aos aspectos externos e estreitamente ligados ao sistema linguístico e às determinações históricas.

Diante do pressuposto de Pêcheux (2014a), o discurso, apresentado nos objetivos e nas ações correlatas do eixo (2), direciona-se à visualização do processo de ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras com vistas à formação de sujeitos que representem a instituição fora do país, descrito no planejamento linguístico (UFFS, 2018, p. 7) como “[...] certificação de reconhecimento internacional de proficiência em língua estrangeira”. Nesse contexto,

⁹ A política linguística da UFFS normatiza o interesse da instituição pelo intercâmbio, oportunizando à política de internacionalização universitária mobilidade nas ações que prevê em sua planificação. Desse modo, a política linguística da UFFS registra: “Ampliar o domínio de línguas estrangeiras, como parte da política de internacionalização do Ensino, de Pesquisa e Extensão, e como meio de acolhimento e integração dos estudantes estrangeiros intercambistas” (UFFS, 2018, p. 6).

destacamos: o TOEFL-ITP¹⁰, para o inglês, principalmente, pelo fato de ser reconhecido como língua franca (JENKINS, 2015); o CELU¹¹, ação implementada em favor do espanhol, decorrente do contato fronteiriço com os países do Mercosul; e o Celpe-Bras¹², teste de português para estrangeiros; todos aplicados pela UFFS com o propósito de vincular-se ao contexto acadêmico internacional.

Em vista disso, compreendemos que o olhar da UFFS sobre as línguas estrangeiras, no ensino ou na promoção da certificação, demonstra o seu interesse em ascender na conquista da internacionalização. Esse movimento considera os aspectos internacionais interligados à economia, ao mercado de trabalho, ao avanço da tecnologia, ao crescimento científico, ao desenvolvimento educativo e sociocultural, ao qual respondem nacionalmente.

Sendo assim, de acordo com as diretrizes da política linguística da UFFS, o eixo (2) atende à *ordem* da língua, como visto em Costa (2020), pois, mesmo que subentendido exista a presença da *organização* de língua, conforme Costa (2020), os direcionamentos discursivos favorecem a ideia de aprender uma língua estrangeira em favor da interlocução entre os sujeitos de nacionalidades distintas.

Sobre a *ordem* e a *organização* da língua, Costa (2020, p. 185-186, grifos do autor), assegurado em Orlandi (1996), dinamiza a língua entre a sua classificação e o seu funcionamento. Para tanto, afirma que “[...] a língua para Análise de Discurso, não se resume ao sistema integrado de classificação dos signos linguísticos, sua *organização* como conjunto de regras, mas comporta, em sua *ordem* específica, o funcionamento da linguagem, que inclui o não-sistematizado”.

Nesses termos, com este estudo, concebemos os sentidos para língua, no planejamento linguístico da UFFS, com relevância em sua *ordem*, quando reverberados no eixo (1), semelhantemente, ocorre no eixo (2) mesmo quando objetiva à sua *organização* pelo fato de estabelecer em seu eixo não somente o ensino de línguas estrangeiras, mas a valorização de suas culturas. Assim, descrito no terceiro objetivo específico desse eixo: “Apoiar as iniciativas de todos os setores da comunidade acadêmica no desenvolvimento de atividades que promovam o ensino e a divulgação de línguas e de culturas estrangeiras” (UFFS, 2018, p. 6). Ao lermos culturas estrangeiras, percebemos o acolhimento das identidades linguísticas estrangeiras pela UFFS.

¹⁰ *Test of English as a Foreign Language Institutional Testing Program – Listening, Structure e Reading.*

¹¹ *Certificado de Español Lengua y Uso.*

¹² *Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros.*

Retomando o princípio de análise deste texto, confirmamos nossa observação sobre os sentidos para língua, reverberados na política linguística da UFFS, compreendendo que a língua é o objeto de atenção da Resolução que aprova o planejamento linguístico da Universidade. Para tanto, olhamos para o discurso descrito no documento, a fim de compreender a incumbência da política linguística sobre a língua. Desse modo, os sentidos para língua, nesse contexto, são interpretados sob as premissas da vertente pecheutiana com alusão franco-brasileira ao consideramos a função da linguagem, quando associada à língua. Portanto, desenhamos esta análise, alinhando política linguística, como mecanismo; planejamento linguístico, no que diz respeito à descrição discursiva de implementação; língua, no que tange à intenção da instituição sobre ela.

Considerações Finais

Visto que a *política linguística* é o dispositivo responsável pelo cuidado da(s) língua(s), compreendemos que a política linguística da UFFS existe para dar legitimidade às ações sobre a(s) língua(s) que existe(m) no contexto regional, tanto no que diz respeito à organização como também à ordem. Nosso gesto de análise indica que os sentidos para língua na política linguística da UFFS são percebidos, principalmente, no que tange ao contexto social, histórico e cultural, priorizando a demanda que recai sobre a *ordem* da(s) língua(s) quando significada(s) tanto no eixo de abordagem nacional, como também no eixo de abordagem de internacionalização.

O aceno interpretativo é concebido nas ações prioritárias descritas no documento, como explicitado no eixo (1): “Promoção de atividades de divulgação e valorização das culturas de povos e países representados na comunidade acadêmica” (UFFS, 2018, p. 5). Sendo assim, observamos que os sentidos para língua, reverberados na formação discursiva do planejamento linguístico desse aparelho ideológico, são tomados como linguagem ao caracterizarem o não sistematizado. Isso porque, de acordo com Orlandi (2020), a linguagem se faz compreender pelo fato de estar inscrita na história e nos atravessamentos socioculturais promovidos pelo contexto apresentado.

Logo, no escopo de relevância socioeducativa e sociocultural, constatamos que a política linguística da UFFS evidencia os sentidos para língua na diversidade da comunidade regional, com pretensões nacionais e internacionais, principalmente, no tocante à ordem. Dito isso, percebemos que o conjunto que compõe a sua política linguística enseja recuperar e valorizar as diferentes línguas de circulação acadêmica em sua ordem, propondo ações

prioritárias que implementem as escolhas conscientes do planejamento linguístico, bem como ascender a instituição internacionalmente com o ensino de línguas estrangeiras.

Portanto, constatamos que a responsabilidade de educar pela inclusão da diversidade linguística é um desafio da universidade frente ao multilinguismo brasileiro. Desse modo, ressaltamos a representatividade da política linguística sobre a(s) língua(s) e reafirmamos a relevância da análise do planejamento linguístico da UFFS frente às diferentes línguas inseridas na comunidade regional/brasileira, pelos professores de línguas e pesquisadores da área. Isso porque outros recortes discursivos da Resolução (UFFS, 2018) podem e merecem ser discutidos no intuito de respaldar os sentidos de língua, reverberados no discurso desse documento. Para além disso, a Resolução (UFFS, 2018) pode ser estudada sob diferentes óticas teóricas, pelo fato de significar *língua* não somente aos olhos da análise de discurso.

À guisa de uma análise-interpretativa, podemos inferir que o discurso da política linguística da UFFS reverbera língua no que diz respeito ao contexto sociocultural, quando vista nacionalmente – em nível local e regional – e quando projetada internacionalmente. Nesses termos, salientamos que as conclusões a que chegamos corroboram os aspectos mencionados por Orlandi (2002, p. 95), ao registrar que a política linguística normaliza: i) as razões do Estado e das instituições; ii) as razões que regem relações entre os povos, nações e Estados; iii) as razões concernentes aos que falam as línguas.

Enfim, investigar o documento que discorre sobre a política linguística da UFFS foi oportuno à compreensão do que motiva as ações dessa instituição sobre as línguas que existem entre as regiões de abrangência da universidade. Além do que, também entender quais relações de sentido reverberam entre língua e poder.

Assim, esperamos que esta discussão abra caminho para seguir refletindo sobre a pauta da política linguística como documento norteador de decisões institucionais em relação ao posicionamento estratégico traçado para atender à sua comunidade de abrangência, bem como a comunidade brasileira. Quem sabe outros textos possam ampliar a discussão, pensando, por exemplo, por que o documento nomeia certas línguas e não outras; por que há valorização em relação às línguas culturais, mas quando se trata de internacionalização parece haver uma tendência a línguas demandadas por pressões globais, como é o caso do inglês. Muitos são os questionamentos que podem ser feitos sobre o objeto de estudos deste artigo e muitas são as possibilidades de análise.

Referências

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. 3. ed. Lisboa:

Presença/Martins Fontes, 1980.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 2002** – Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Disponível em: <https://www.libras.com.br/lei-10436-de-2002>. Acesso em: 28 ago. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 2005**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm. Acesso em: 28 ago. 2022.

COSTA, I. Linguagem. *In*: LEANDRO-FERREIRA, M. C. (Org.). **Glossário de termos do discurso**. 1. ed. Campinas, SP: Pontes, 2020.

COSTA, I.; GUIMARÃES, G. T. D. Linguagem. *In*: LEANDRO-FERREIRA, M. C. (Org.). **Glossário de termos do discurso**. 1. ed. Campinas, SP: Pontes, 2020.

FINARDI, K. R.; SANTOS, J. M.; GUIMARÃES, F. F. A Relação entre Línguas Estrangeiras e o Processo de Internacionalização: Evidências da Coordenação de Letramento Internacional de uma Universidade Federal. **Interfaces - Brasil/Canada**, 16(1), p. 233-255, 2016.

FINARDI, K. R.; FRANÇA, C.; GUIMARÃES, F. F. Ecology of knowledges and languages in Latin American academic production. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas Em Educação**, 30(116), p. 764-787.

GUIMARÃES, E. Enunciação e política de línguas no Brasil. **Revista do Programa de Pós-graduação em Letras**, nº27 - UFSM, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11897/7319>. Acesso em: 04 dez. 2021.

GUIMARÃES, F. F.; FINARDI, K. R. Internacionalização e português como língua estrangeira (PLE): levantamento e discussão. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, SP, v. 8, n. 00, p. e022003, 2021. DOI: 10.20396/riesup.v8i00.8663449. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8663449>. Acesso em: 20 mai. 2023.

JENKINS, J. Repositioning English and multilingualism in English as a lingua franca. **Englishes in Practice**, 2(3), 49-85, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1515/eip-2015-0003>.

LAGARES, X. C. (1971). **Qual política linguística?:** desafios glotopolíticos contemporâneos. São Paulo: Parábola, 2018.

MOITA LOPES, L. P. da. **O português no século XXI:** cenário geopolítico e sociolinguístico. São Paulo: Parábola, 2013.

OLIVEIRA, W. M. M. de; OLIVEIRA, I. A. de. A formação de instrutores de Libras: a consolidação das políticas linguísticas na Amazônia Tocantina. **Revista Educação Especial, [S. l.]**, v. 32, p. e97/ 1–25, 2019. DOI: 10.5902/1984686X38279. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/38279>. Acesso em: 20 mai. 2023.

ORLANDI, E. Organização e ordem na língua. *In*: ORLANDI, Eni. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis: Vozes, 1996.

ORLANDI, E. P. (org.). **Política linguística na América Latina**. Campinas, SP: Pontes, 1988.

ORLANDI, E. P. (org.). **História das ideias linguísticas no Brasil**: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional. Campinas, SP: Pontes; Cáceres MT: Unemat, 2001.

ORLANDI, E. P. **Língua e conhecimento linguístico**: para uma história das ideias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

ORLANDI, E. P. **Política linguística no Brasil**. São Paulo: Pontes, 2007.

ORLANDI, E. P. **Discurso e texto: formulações e circulações dos sentidos**. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2008.

ORLANDI, E. P. **Discurso em análise**: sujeito, sentido e ideologia. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2017.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 13. ed. Campinas, SP: Pontes, 2020.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi *et al.* 5 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014a.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 5. ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2014b.

PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução Eni P. Orlandi. 7. ed. Campinas, SP: Pontes, 2015.

PETRI, V.; DIAS, C. (Org.). **Análise do discurso em perspectiva**: teoria, método e análise. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2013.

QUADRO COMUM EUROPEU DE REFERÊNCIA PARA AS LÍNGUAS: aprendizagem, ensino, avaliação. Edição portuguesa. Porto: Edições Asa, 2001. Disponível em: <https://sciendo.com/article/10.1515/eip-2015-0003>. Acesso em: 20 mai. 2023.

RAJAGOPALAN, K. Política linguística: do que é que se trata, afinal? *In*: NICOLAIDES, Christine Siqueira; SILVA, Kleber Aparecida da; ROCHA, Claudia Hilsdorf; TÍLIO, Rogério Casanova (orgs.). **Política e políticas linguísticas**. Campinas, SP: Pontes, 2013.

RIBEIRO, S. B. C.; OLIVEIRA, G. M. de. Olha, eu acho que assim, a gente fala o portunhol porque nós não sabemos o espanhol: políticas linguísticas em fronteiras multilíngues. **The Specialist**, 39(2), 1-16. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8663449/26668>. Acesso em: 20 mai. 2023.

SILVA, M. V. da. (Des) políticas linguísticas no Brasil: a reforma do ensino médio e a exclusão do ensino de língua espanhola na educação básica. **Revista Diálogos**, 6(2), 2018, 233-245. Disponível em:

<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/revdia/article/view/5894/pdf>. Acesso em: 20 mai. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS). *RESOLUÇÃO Nº11/CONSUNI/UFFS/2018 – Aprova a política linguística da UFFS*. Chapecó-SC, 2018. Disponível em: Aprova a política linguística da UFFS. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/pastas-ocultas/bd/campus-passo-fundo/arquivos-do-campus-passo-fundo/aprova-a-politica-linguistica-da-uffs>. Acesso em: 28 ago. 2022.

Sobre os autores

Darlise Vaccarin Fadanni (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-3495-4924>)

Doutoranda e Mestra em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal da Fronteira Sul de Chapecó, SC (PPGEL/UFFS). Professora de Língua Portuguesa e Literatura no Ensino Básico de SC. Integrante do Grupo de Pesquisa Atlas das Línguas em Contato na Fronteira: Oeste Catarinense (ALCEF-OC).

Tamiris Machado Gonçalves (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-2551-0309>)

Doutora e Mestra em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Estágio pós-doutoral em andamento no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal da Fronteira Sul (PPGEL/UFFS). Bolsista PNPd/CAPES. Integrante do Grupo de Estudos Língua(gem), Discurso e Identidade – GELINDI.

Recebido em fevereiro de 2023.

Aprovado em maio de 2023.